

GUILHERME DE OCKHAM, *Lógica dos Termos*, Introdução de Paola Müller, tradução de Fernando Pio de Almeida Fleck, (Pensamento franciscano, 3) EDIPUCRS — Universidade São Francisco, Porto Alegre — Bragança Paulista 1999, 366 pp.; ISBN 95-7436-066-7.

1. Depois das traduções inglesa (de Loux, 1974), alemã (de Kunze, 1984) e francesa (de Biard, 1988) surge finalmente em língua portuguesa a Primeira Parte da *Summa Logicae* de Ockham. A tradução, da autoria de Fernando Pio de Almeida Fleck, é apresentada precedida por uma longa introdução (pp. 11-87) de Paola Müller, sobre a Lógica do *Venerabilis Inceptor*, enquadrando-a no horizonte mais vasto da Lógica Medieval (Introdução, § 1) e do próprio pensamento de Ockham (Introdução, § 2). Ao estudo introdutório segue-se uma resenha biográfica breve (pp. 88-91) e uma bibliografia desenvolvida sobre a lógica de Ockham, com referência das edições críticas pertinentes, de traduções e de estudos sobre Ockham e sobre a Lógica Medieval. A tradução propriamente dita ocupa as páginas 113 a 359, sendo complementada com um índice onomástico final.

A *Lógica dos Termos* constitui o volume III da Coleção Pensamento Franciscano, um projecto conjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade São Francisco, iniciado em 1998, e que tem prestado particular atenção à obra do franciscano inglês, ao qual consagrou já, além deste, os volumes II e VI, ambos com edição de textos polífticos.

Se a primeira nota é naturalmente para salientar a oportunidade da tradução portuguesa deste texto de Ockham, a presente edição merece contudo alguns comentários.

Uma primeira observação, puramente formal, refere-se à opção do título: trata-se de uma opção pouco feliz, no mínimo discutível, porquanto, optando-se por dar à obra o nome da parte efectivamente traduzida, se atribui a Ockham um título que não corresponde ao de nenhuma obra sua. A ambiguidade não desaparece, pelo contrário, com a referência na capa ao volume III, que leva o leitor a pensar que se optou por dividir em três volumes uma obra intitulada *Lógica dos Termos*, quando na realidade o volume III, destacado na capa, se refere ao número de ordem que a tradução integral da parte da *Suma de Lógica* que tem aquele título ocupa na Colecção de Pensamento Franciscano. Esta dupla ambiguidade, relativamente ao título da obra e à integridade da sua edição neste volume, não é desfeita em nenhum momento, não havendo nos elementos identificadores da edição qualquer referência esclarecedora a este respeito.

A esta ambiguidade há que acrescentar ainda a completa ausência de informações ao leitor sobre a tradução e sobre o tradutor, aos quais não é feita a mais leve referência; nada é dito, por exemplo, sobre a edição seguida, nem sobre a proveniência ou autoria das notas que acompanham a tradução, e que na sua maioria não poderiam ser de Ockham, nem são do tradutor.

A impressão final é de alguma descoordenação entre a longa introdução e a própria tradução, sendo de pensar que a introdução não foi elaborada para esta edição, mas se encontrava já preparada e foi simplesmente acrescentada à tradução. Alguns sintomas dessa descoordenação é que se fica sem perceber por quem foi elaborada e seleccionada a bibliografia apresentada, que as referências bibliográficas citadas em nota não são mencionadas na bibliografia, e que não existe uma lista das abreviaturas utilizadas nas notas.

Quanto à bibliografia apresentada, seleccionada sem dúvida com preocupações de qualidade, não está actualizada, notando-se omissões importantes em todos os campos, sobretudo de textos posteriores a 1990. O exemplo mais significativo dessa relativa desactualização é a omissão do repertório de Beckmann (Jan P. Beckmann, *Ockham – Bibliographie: 1900-1990*, Hamburg, Felix Meiner, 1992), mencionando-se apenas o repertório de 1969, como o mais recente. Outros exemplos, a título meramente ilustrativo, são as ausências dos estudos de Cyrille Michon, (*Nominalisme: la théorie de la signification d'Occam*, Paris, Vrin, 1994) e de Claude Panaccio, (*Les Mots, les Concepts et les Choses. La sémantique de Guillaume d'Occam et le nominalisme d'aujourd'hui*. Montréal-Paris, Bellarmin-Vrin, 1991), ambos muito anteriores à presente edição. Omissões igualmente significativas se poderiam referir em textos consagrados à Lógica Medieval e igualmente publicados ao longo da década de 90 (por exemplo, o texto de Simo Knuutila, *Modalities in Medieval Philosophy*, Routledge, London, 1993).

A tradução é feita a partir da edição crítica da *Summa Logicae*, da responsabilidade de Ph. Boehner, G. Gál e S. Brown, e editada pela St. Bonaventure University, New York, 1974, e que constitui o volume I da *Opera Philosophica et Theologica* de Ockham. As notas, com algumas adaptações ou omissões pontuais, são também as da edição crítica.

Nesta edição optou-se por dividir o texto em partes temáticas, introduzindo-se sete subdivisões, que explicitam as unidades temáticas abordadas por Ockham, mas que não constam do texto original, e não são referenciadas como tendo sido acrescentadas.

Quanto à tradução propriamente dita, o tradutor optou habitualmente por uma tradução que privilegia a legibilidade à literalidade, tendo contudo frequentemente o cuidado de conservar ou de mencionar entre parêntesis os termos que traduz mais livremente, e de inscrever entre parêntesis rectos termos subentendidos no texto latino mas que tornam mais compreensível a tradução e lhe dão sentido. Apesar de tudo, a liberdade com que são traduzidas algumas expressões tornaria desejável que outros termos não referidos constassem também entre parêntesis. Nalguns poucos casos, optou por conservar algumas expressões latinas, já consagradas na literatura filosófica, mas não manteve sempre este critério: assim, às vezes prefere traduzir as expressões *per se* e *per accidens*, noutras casos não o faz e traduz indiferentemente do mesmo modo o *per se* e o *secundum se*, para citar apenas um exemplo.

2. Depois destas breves observações à tradução portuguesa, parece importante aplaudir a iniciativa e destacar a sua oportunidade. A actualidade da obra lógica do *Venerabilis Inceptor* tem sido recorrentemente destacada. Muitos autores contemporâneos reconhecem ter encontrado nele uma fonte de inspiração privilegiada e não hesitam em considerar-se seus discípulos. A afinidade, a muitos títulos reconhecida, encontra-se não só nos temas que ocuparam o franciscano, mas, mais radicalmente, nas teses que manteve. Com efeito, autores como Frege ou Quine encontraram na defesa do nominalismo, e na vontade de economia das entidades metafísicas em que assenta, razões para um grande interesse pela filosofia e pela lógica de Ockham. Aliás, como é bem sabido, a famosa navalha de Ockham tornou-se fonte inesgotável de inspiração para uma boa parte da filosofia contemporânea que não hesitou em fazer dela e do seu uso um autêntico programa filosófico, no duelo sempre renovado entre realismo e nominalismo, conferindo a Ockham um poder de sedução inesperado e excepcional entre os pensadores medievais, como justamente salientou C. Michon (cf. *op. cit.*, p. 14).

Sempre que se aborda o pensamento de Ockham e a sua influência na filosofia contemporânea se recorda o seu nominalismo e a afirmação da existência exclusiva do singular. Mas essa influência estende-se a muitos outros temas. De facto, alguma crítica contemporânea da Metafísica não pode deixar de recordar, pela sua patente afinidade, o método de análise linguística, amplamente utilizado por Ockham, e por ele considerado como procedimento adequado para a contenção dos enunciados metafísicos.

Outro dos aspectos do pensamento de Ockham que exerceu profunda influência na filosofia contemporânea, e um dos mais originais, é a sua doutrina da linguagem mental e a noção de signo natural, cujo eco se faz sentir nas preocupações contemporâneas em torno das ciências cognitivas.

Logo no início da Primeira Parte da *Suma de Lógica*, Ockham divide a linguagem, em consonância com o *De Interpretatione* de Aristóteles, em linguagem escrita, falada e mental, considerando que a linguagem escrita depende da falada, e esta da mental. A linguagem mental apresenta-se como o nível mais primitivo e básico da linguagem. Enquanto a linguagem escrita e a linguagem oral são convencionais, a linguagem mental, a que aquelas se subordinam, é natural e encontra-se estabelecida de uma vez para sempre: não varia de língua para língua e fundamenta-se numa afinidade natural entre os conceitos e o que eles representam.

A partir daqui Ockham desenvolve uma detalhadíssima teoria dos termos, assente sobre a distinção entre termos categoremáticos e sincategoremáticos, absolutos e conotativos, concretos e abstractos, que admite ainda múltiplos sentidos, mais estritos ou mais amplos, de cada um deles. Essa análise dos termos conduz ao que poderia considerar-se o núcleo central da *Lógica dos Termos*: o estudo detido dos predicáveis (caps. 14 a 25) e dos predicamentos (caps. 40 a 62), tendo em vista estabelecer uma das críticas mais radicais ao realismo dos universais ou às entidades universais e à natureza das substâncias segundas que é possível encontrar na filosofia medieval tardia (cf. Paul Vincent Spade, *William of Ockham*, Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2002). Com efeito, o *Venerabilis Inceptor* critica todas as formas de realismo dos universais, inclusivamente as mais matizadas, defendidas por autores considerados nominalistas (cf. Gilson, *La philosophie au moyen age*, Payot, Paris, 2ª ed., 1986, p. 643), detendo-se particularmente na crítica a Duns Escoto. Este autor atribuía ao universal uma unidade de grupo, a unidade da essência ou natureza comum de Avicena, suficiente para explicar o grau de unidade das espécies e dos géneros, mas inferior à unidade numérica dos seres individuais. Ockham não a aceita e defende que a única unidade que existe é a unidade numérica dos indivíduos, mantendo que o que tem uma unidade inferior não tem qualquer espécie de unidade, o que significa afirmar que as naturezas comuns carecem completamente de realidade.

Poderiam destacar-se muitos outros aspectos do texto de Ockham. A doutrina da linguagem mental serve também de base à doutrina da sinonímia e da equivocidade, apresentados como fenómenos linguísticos responsáveis por inúmeros erros lógicos, mantendo o franciscano de Oxford que a sinonímia não existe ao nível da linguagem mental, sendo concebível apenas nos planos da linguagem oral ou escrita. Nela se apoia também outro dos grandes temas abordados na obra: a doutrina da definição.

Uma apresentação, mesmo absolutamente sumária, dos conteúdos do texto que nos ocupa, não pode omitir a referência a algumas das noções semânticas que enquadram tanto

a Lógica como a Ontologia do seu autor: referimo-nos às noções de significação, conotação e suposição. Neste ponto a novidade de Ockham não reside na originalidade dos termos ou das noções estudadas - frequentes nos tratados de Lógica medievais - mas no uso e nos desenvolvimentos de que as fez objecto. Ockham presta particular atenção à doutrina da suposição, consagrando os últimos 14 capítulos desta Primeira Parte (caps. 63-77) à distinção entre suposição material, simples e pessoal. Como recordou recentemente Timothy Noone, trata-se de um aspecto central da filosofia de Ockham, indispensável para compreender a radicalidade da sua doutrina dos universais, ao mesmo tempo que constitui a ponte para a segunda parte da obra, a “Lógica das Proposições” (Cf. Timothy B. Noone, “William of Ockham”, in *A Companion to Philosophy in the Middle Ages*, Blackwell Publishing, Oxford, etc., 2003, pp. 693-712).

A simples menção destes temas seria suficiente para justificar o interesse e a oportunidade da tradução do texto de Ockham, ao mesmo tempo que permite compreender o enorme atractivo e influência que continua a exercer na Filosofia Contemporânea. Mas há ainda que destacar que o texto é também indispensável para quem queira compreender a própria filosofia de Ockham. A sua importância prende-se com o alcance filosófico da análise lógica de Ockham, permitindo recuperar, por esta via, alguns dos grandes temas da filosofia do *Venerabilis Inceptor*.

De facto, a primeira parte da *Suma* revela de forma inquestionável o vigor e o alcance metafísico das reivindicações lógicas de Ockham. Como salientámos, a *Lógica dos Termos* do franciscano rejeita qualquer entidade real diversa dos indivíduos singulares e circunscreve a universalidade e a abstracção ao plano meramente linguístico, dos signos. Essa rejeição não admite qualquer hesitação, tem a força de uma tese amadurecida, ou de uma convicção simultaneamente demonstrada negativamente – por redução ao absurdo da tese oposta – e capaz de fundamentar positivamente tudo o resto. Também a Ontologia. Ockham não se limita a considerar que os universais não são necessários, que não há boas razões para os afirmar, mantém positivamente que as teorias, pelo menos as que ele critica, são incoerentes. As únicas realidades universais de que faria sentido falar são os conceitos universais, e, derivadamente, os termos falados ou escritos. Mas, em sentido metafísico, estes conceitos universais são entidades singulares como todas as outras; são universais apenas no sentido de serem predicáveis de muitos (cf. cap. 14, pp. 159 – 161). Entendida deste modo, a posição de Ockham em torno dos universais é uma posição originária, não derivada da aplicação da sua famosa navalha.

O texto obriga-nos, por isso, a reflectir sobre o significado do nominalismo de Ockham. Ockham é habitualmente associado ao tratamento extensionalista medieval do problema dos universais e por essa razão costuma ser classificado como nominalista. Mas o estudo e a definição da posição de Ockham, em concreto neste texto, obrigam a maiores precisões. É o que vêm fazendo alguns estudiosos de Ockham, na esteira de Philotheus Boehner, o

editor das obras filosóficas, que consideram que seria preferível atribuir-lhe uma espécie de conceptualismo, dado que assimila os universais a conceitos, que só secundariamente se identificam com palavras enunciadas ou escritas (cf., por ex., Timothy B. Noone, *op. cit.*).

Naturalmente, enquadrar correctamente a posição de Ockham passará por precisar também o que se entende por nominalismo; do sentido que se dê ao termo depende que se inclua Ockham entre os nominalistas mais radicais e de maior sucesso ou que se matize a designação e se reconheçam apenas traços de nominalismo nalguns aspectos do seu pensamento. De facto, se por nominalismo se entende uma forma de rejeição dos universais metafísicos, Ockham é indubitavelmente um nominalista; o mesmo haveria que dizer, se se considera que a nota distintiva do nominalismo é a redução da ontologia ao mínimo; em contrapartida, se o traço distintivo do nominalismo se coloca na rejeição das entidades abstractas, Ockham não poderá incluir-se entre os nominalistas, posto que, como indicámos, aceita e reconhece noções abstractas (os conceitos mentais), o que rejeita é que essas abstracções sejam universais.

Baste este breve apontamento sobre a *Lógica dos Termos*, para destacar a importância e a actualidade dos temas abordados por Ockham. Muito mais do que um tratado de Lógica, o que o seu autor nos propõe é uma análise da natureza da linguagem e da sua função significativa, e, simultaneamente, uma apresentação da Ontologia que a suporta. Isso permite-nos dar razão a Gilson quando afirmava que «a virulência da dupla crítica de Ockham deve talvez menos à natureza dos seus princípios do que à exploração radical que deles fez» (Gilson, *op. cit.*, p. 652), e segui-lo também na sua convicção de que o estudo de Ockham mostra «que a crítica interna dirigida contra si mesma pelo que se designa, de forma bastante vaga, a filosofia escolástica, provocou a sua ruína muito antes de que a chamada filosofia moderna tivesse conseguido constituir-se» (*Idem*, p. 640).

Marta de Mendonça  
(Universidade Nova de Lisboa)

\*\*\*